



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE**  
Assessoria Técnica

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 21.11.2006  
(Do Sr. Deputado CHICO ALENCAR)

Solicita informação ao Ministério da Casa Civil da Presidência da República, por intermédio de sua Secretaria de Administração da Presidência da República, informações completas e detalhadas de valores e datas sobre os gastos efetuados com os cartões corporativos.

Senhor Presidente:

Requeiro à Vossa Excelência, com base no Artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos Artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que ouvida a Mesa, sejam fornecidas as seguintes informações:

- 1 – Detalhamento completo de valores e datas sobre os gastos efetuados com os cartões corporativos relativos à compras, à contratação de serviços e à saques no país e no exterior;
- 2 - Os tipos de gastos compatíveis com as unidades do Governo;
- 3 - Os limites de gastos por períodos diários, semanal e mensal, se houver;



E66C8E7843

4 - As informações detalhadas sobre quantos são os cartões corporativos distribuídos, quais são os servidores ou setores da administração que possuem os cartões corporativos e como e em que periodicidade é feita a prestação de contas dos gastos.

## JUSTIFICAÇÃO

O cartão corporativo foi criado pelo decreto presidencial nº 3.892, de agosto de 2001, com a intenção de facilitar os pagamentos de rotina das autoridades federais, assim descomplicando a vida dos servidores públicos e acabando com as contas "suprimento de fundo" no âmbito da administração pública federal. Foi criado sob a justificativa de garantir maior controle e maior transparência na aplicação dos recursos públicos.

Contudo, tornou muito mais complexa a prestação de contas do dinheiro utilizado através dos cartões corporativos.

Segundo o sítio da internet "Contas Abertas", neste ano, conforme consta do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), "já foram gastos pela União R\$ 34,4 milhões."

A imprensa brasileira noticia, ainda, que os cartões corporativos provavelmente teriam sido distribuídos para mais de dois mil servidores da administração pública federal. A Secretaria de Administração da Presidência da República, antes conhecida como Gabinete da Presidência, utilizou R\$ 5,6 milhões. Somando os gastos da Presidência da República e da Secretaria de Administração, o total utilizado através do cartão corporativo chega a R\$ 10 milhões, sendo que metade foi usado em saques em dinheiro.

Não obstante tratar-se de valores aparentemente incomuns, pelas atuais regras de uso, face a necessidade de fiscalização e prestação de contas, boa parte desse montante está sob o manto de "informações protegidas por sigilo".



E66C8E7843

Para, então a fundada suspeita de que a utilização do cartão no serviço público federal, pode estar sendo, quase que exclusivamente, para compras e saques secretos ou sigilosos.

Inclusive, após auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), na tentativa de conhecer os gastos, recomendou ao governo detalhar os gastos com o cartão corporativo no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira). Antes disto, sequer os gastos “não sigilosos” eram expostos ao público e à fiscalização.

Assim, o presente requerimento é fundado nos princípios da moralidade, impessoalidade, transparência e eficiência que devem nortear as despesas e compras na administração pública, e é ainda expressão constitucional da competência do Legislativo de fiscalizar os gastos públicos e ainda, ciente dos dados solicitados, auxiliar em eventual futura regulamentação do uso do cartão corporativo, razões porque solicita-se seu deferimento.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.

Deputado **CHICO ALENCAR**

Líder do PSOL



E66C8E7843